

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo

Class.: 618

Data 27 de abril de 1988

Pg.: A-12

Meio ambiente

Missões religiosas e questão indígena na Amazônia

JOSÉ MATIAS PEREIRA

O processo de expansão e de manutenção do território amazônico teve como base as fortificações militares e os aldeamentos dirigidos por sacerdotes de várias ordens religiosas. Nesse sistema de aldeamentos, destacam-se os missionários franciscanos da Província de Santo Antônio, os carmelitas, os mercedários, os jesuítas, os franciscanos da Província de Nossa Senhora da Piedade e capuchos da Conceição da Beira e do Minho. No processo de ocupação da área, numa escalada a partir de Belém, esses religiosos subiram o rio Tocantins e se instalaram nos afluentes do rio Amazonas, no rio Solimões, e atingiram, ainda, os rios Araguaia e Branco e a confluência do Uaupés com o rio Negro, no Estado do Amazonas.

É válido registrar que esse processo de ocupação, voltado para a catequese e as práticas religiosas, tinha por trás objetivos econômicos claros e atuava em parâmetros empresariais.

Sua base filosófica estava respaldada pelo Regimento das Missões, expedido em 1686. Pode-se afirmar que a atuação dessas missões religiosas foi decisiva no processo de ocupação da região, tanto no aspecto cultural como no de assentamento de vilas e cidades. E, nesse quadro descrito, foi estabelecido o relacionamento entre as frentes de penetração e os grupos indígenas da Amazônia.

Na administração do marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), iniciada em 1750, e que tinha restrições aos religiosos, começam a ocorrer as grandes mudanças em relação ao sistema de ocupação em vigor na região.

Em 1757, expediu Pombal ordens que retiravam dos missionários todo poder temporal. Era o fim da Companhia de Jesus, no Brasil, e o início de uma fase de involução de quase uma centena de povoações por eles mantidas na região. Deve-se registrar que os esforços no sentido de substituir o trabalho desses religiosos por servidores leigos não obtiveram sucesso.

É importante lembrar que os interesses econômicos da incipiente classe dominante, que se formava na região, eram contrários ao modelo utilizado pelos religiosos. A expulsão das ordens religiosas do país permitiu a essas elites assumirem o comando regional. Passaram assim os luso-brasileiros a usar seus próprios métodos de ocupação. Assim, reconheciam e ocupavam as terras da região, buscando tirar o maior proveito possível dessa empreitada. Buscavam, nessa escalada, as drogas

do sertão, ouro e pedras preciosas. E, para alimentar esse processo, era fundamental escravizar o indígena, indispensável ao trabalho da lavoura e à coleta dos produtos naturais, bem como ao cumprimento de atividades de natureza doméstica ou pública, surgidas nas povoações existentes. As suas atividades econômicas tradicionais, representadas pela caça, pesca, coleta e agricultura, foram abandonadas.

Dessa forma violenta, as populações indígenas da área foram incorporadas ao novo sistema produtivo da região. Examinando o problema, no espaço e no tempo, iremos constatar que o relacionamento entre as frentes pioneiras de penetração e os grupos indígenas permaneceu inalterado. Os interesses econômicos pelo domínio e a posse da terra são o fato gerador do conflito entre as frentes pioneiras de penetração e os índios. Desapareceram, assim, do quadro demográfico da região, tribos numerosas, destruídas pela luta e conquista da terra. Por sua vez, dezenas de centros urbanos atuais da Amazônia tiveram origem nos aldeamentos implantados pelas missões religiosas.

Devem ser destacadas, nesse contexto, as fases de introdução, na cultura indígena, do catolicismo e hábitos europeus (1660); a fundação de vilas e cidades, com o índio mais integrado à sociedade mameluca (1760), e a exploração econômica da região, baseada na coleta da borracha, que durou de 1850 a 1910. Citem-se, ainda, os esforços de guerra (1942), marcados pela demanda intensa da borracha até o final da guerra, provocando, porém, algumas significativas transformações sócio-econômicas na área. Por último, a fase moderna, implantada após 1966, que está marcada pela demanda de materiais e bens estratégicos ao processo de desenvolvimento do país.

Em todas essas fases, o elemento indígena sempre saiu perdendo, nas relações de troca cultural e econômica com o homem branco. As áreas culturais indígenas, localizadas no Juruá-Purus, Tapajós-Madeira, Guaporé, Alto Xingu, Tocantins-Xingu e Pindaré-Gurupi, com configurações bem definidas, apesar de apresentarem situações de contato diferentes, sofrem o assédio das frentes de penetração e terão, certamente, o mesmo destino das tribos do passado, se não houver maior participação da sociedade brasileira no encaminhamento do assunto.